

QUALIDADE EDUCACIONAL: UM DEBATE À LUZ DAS INFLUÊNCIAS MACROPOLÍTICAS E ECONÔMICAS

Raimundo Nonato Ferreira
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
nonato.educa@gmail.com

INTRODUÇÃO

Como reflexo das reformas empreendidas nos anos de 1990, o estado de Pernambuco fez parte desse grupo de estados brasileiros pioneiros em reformas administrativas, com impacto direto na gestão escolar. Para que fossem alcançados bons resultados em avaliações de larga escala, aferidoras da qualidade na educação, tomaram-se medidas para melhorar o desempenho na rede, especialmente no que concerne à formação dos profissionais da educação, atuantes na Secretaria Estadual de Educação (SEE) de Pernambuco. Como a formação de gestores escolares é uma das principais medidas adotadas para o alcance dos índices acima citados, essas formações foram conduzidas através do Programa de Formação Continuada de Gestores Escolares de Pernambuco (PROGEPE).

A QUALIDADE EDUCACIONAL SOB INFLUÊNCIAS MACROPOLÍTICAS E ECONÔMICAS

Nenhuma discussão sobre políticas para a educação pode ser levada adiante sem que antes se entenda o papel do Estado na “gestação, implantação e manutenção ou desativação” de tais políticas (AZEVEDO, 2004). A discussão sobre as políticas educacionais não pode se furtar ao debate sobre as relações entre economia, política e políticas educacionais. No entanto, Ball (2011) é enfático ao se referir ao barateamento da discussão, ao relacionar as mudanças sociopolíticas à educação, como se essa relação fosse uniforme e direta.

As transformações políticas econômicas, ocorridas nos Estados-nações, decorrentes da transnacionalização do capital, puderam ser sentidas muito antes da década de 1990, período de maior força de expansão da globalização. Para Harvey (1989, p. 117), “são abundantes os sinais e marcas de modificações radicais em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado.” Nesse contexto, a “disputa pelo fundo público” (OLIVEIRA, 1988, p. 8) vem a ser o ponto central das mudanças, sejam as

relacionadas ao modo de produção de bens de consumo, seja a maneira como o Estado vai direcionar seus gastos com a população.

Em face ao que se desenvolveu pós-Consenso de Washington, a globalização do capital tem ganhado força nas discussões no campo das políticas educacionais, pois a agenda imposta aos países periféricos e semiperiféricos passa a ser ditada com mais força pelos países centrais (desenvolvidos). Nas últimas décadas, em que a globalização foi tratada como *palavra de ordem* e, conforme Santos (2002), os Estados-nações passaram por várias adaptações ao modelo vigente. Diante das mudanças de paradigma administrativo, as quais os Estados nacionais foram se adaptando, emerge a reforma gerencial, a qual tem desdobramentos na gestão das escolas e, principalmente, na qualidade educacional. Dourado e Oliveira (2009) observam que para se debater tais questões sobre qualidade da educação é preciso ir além de uma mera descrição do que venha a ser a qualidade da educação. Debater sobre esse tema nos remete à:

[...] apreensão de um conjunto de determinantes que interferem, nesse processo, no âmbito das relações sociais mais amplas, envolvendo questões macroestruturais, como concentração de renda, desigualdade social, educação como direito, entre outras. (DOURADO; OLIVEIRA, 2009, p. 202).

Sobre os modelos de qualidade contidos no PROGEPE, com forte influência da concepção de qualidade total, há de se compreender que a qualidade social, vista como um direito à cidadania (CURY, 2014; ELIAS, 1997; GENTILLI, 1998), é um discurso que nasce no Brasil apenas em meados dos anos de 1980 e a partir da redemocratização. Já o discurso da qualidade total vai ganhando ainda mais força nos anos de 1990. Assim, a educação poderia ser vista como a grande viabilizadora da inclusão do país no mundo competitivo. “A qualidade total se fundamenta em uma ideologia ligada à concepção neoliberal de educação.” (GENTILLI, 1998, p. 137).

Araújo (1998) também destaca que a qualidade total representa o modo atual de produção empresarial. A qualidade total fundamenta-se na chamada: “filosofia do controle de qualidade total (TQC)”, concebida no Japão, por especialistas americanos, e potencializada pelas singularidades das experiências da Toyota. O tema da qualidade total é visto como um fator de modernização, como estratégia de gerência participativa e como fator de produtividade, competitividade e de redução

dos custos e de desperdício do universo organizacional (ARAÚJO, 1998). Nesse cenário, dentro do campo educacional, o hibridismo entre os dois modelos de qualidade reside na acomodação de ambos no PROGEPE, mesmo se tratando de modelos antagônicos. Para Gentili (1998), a qualidade social da educação é uma proposta democrática e não pode ser erguida redefinindo o conteúdo do neoliberalismo e humanizando a qualidade total.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão proposta sobre as influências macropolíticas e econômicas nas políticas educacionais e, principalmente, no modelo de qualidade educacional, direcionou nossa discussão às seguintes análises iniciais sobre tais processos: 1) o fundo público é o ponto central de todo o processo desencadeado nos últimos 50 anos; 2) a globalização não é o lastro principal da discussão atual sobre políticas educacionais, mas uma consequência de acontecimentos anteriores; 3) o modelo de qualidade educacional atrelado à nova gestão pública não é um produto monolítico, resultante de uma concessão governamental. É, portanto, um modelo de qualidade educacional híbrido, por consequência de uma luta de forças no campo em disputa. Consideramos que a definição de qualidade educacional, no debate dessa temática dentro do modelo da nova gestão pública, não pode ser findada como apenas um modelo único de qualidade. É preciso considerar os modelos de qualidade a se coadunarem no contexto educacional.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. M. A pedagogia da qualidade total: o novo modo (empresarial) de organização da educação escolar. **Revista Educação em Questão**, v. 8, n. 1, p. 33-45, jan./jun. 1998.

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

BALL, S. J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. *In*: BALL, S. J.; MAINARDES, J. **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011. p. 21-53.

CURY, C. J. A qualidade da educação brasileira como direito. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1053-1066, out./dez. 2014.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009.

ELIAS, V. R. **Qualidade total e educação**: uma análise de propostas de implantação da qualidade total na educação. 1997. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

GENTILLI, P. A qualidade social como contraposição à qualidade total: reflexões de Pablo Gentili. Entrevista. **Revista Educação em Questão**, v. 8, n. 1, p. 121-140, jan./jun. 1998.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1989.

OLIVEIRA, Francisco. O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. **Novos Estudos Cebrap**, n. 22, p. 8-28, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos de globalização. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 25-102.